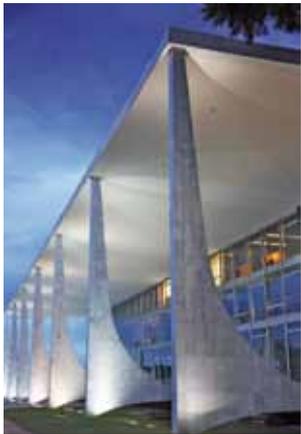




Supremo adia mais uma vez ação



O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou no dia 10 de março a ação do DEM contra as Centrais. A votação está empatada em 3 votos a 3. **Página 3**



Assistencial na Comissão de Trabalho

O projeto que torna compulsória e universal o desconto da contribuição assistencial já tramita em regime de prioridade. O deputado Sabino Castelo Branco (PTB-AM) será o relator. **Página 7**



Homenagem e reivindicações

Aposentados e pensionistas são homenageados pelos senadores, mas solenidade marca também a continuidade das lutas em favor da categoria. Esperança é que três projetos sejam votados ainda neste semestre. **Página 6**

Mobilização pela redução da jornada

Movimento sindical realiza reuniões semanais com o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), para que a PEC 231/95 vá à votação em plenário o mais rápido possível. Empresários insistem no argumento falacioso de que a redução para 40 horas irá gerar desemprego. **Página 8**

100 anos do Dia Internacional das Mulheres

Solenidades marcam a comemoração do dia internacional das mulheres em várias cidades do País. A CNTI, por meio da Secretaria para Assuntos do Trabalho da Mulher, do Idoso e do Adolescente, participa de eventos em diversas regiões. **Página 5**



Estabilidade também em pauta

Já o PL 6706/09, que veda a dispensa de empregado sindicalizado, já aprovado pelo Senado, também está na Comissão do Trabalho, onde o deputado Sandro Mabel (PR-GO), é o relator. **Página 7**

Intensificar a luta pela redução da jornada

Veja a palavra do presidente na página 3

Mulheres na jornada semanal

A jornada semanal das mulheres, em casa e no trabalho, tem quase cinco horas a mais do que a dos homens. No total, são 57,1 horas, contando com 34,8 horas no trabalho e mais 22,3 horas de atividades domésticas. Já os homens têm uma jornada total de 52,3 horas, sendo 42,7 horas no trabalho e 9,6 horas de afazeres domésticos.

Os dados fazem parte de um levantamento realizado e divulgado no dia 4 de março pela OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Apesar de as mulheres terem tido maior acesso aos empregos, as condições são mais precárias do que a dos homens. Embora compartilhem com eles o tempo de trabalho remunerado, a mudança não ocorreu em relação à distribui-



Mulheres protestando, de Di Cavalcante

ção dos afazeres domésticos.

O principal motivo para a responsabilidade das atividades domésticas ser destinada às mulheres é cultural. Para a OIT, essa concepção reflete

na insuficiência de políticas de conciliação entre trabalho e família e na não incorporação da ideia de co-responsabilidade compartilhada entre ambos os sexos.

Mercado de trabalho

Entre 2002 e 2008, 4.788.023 mulheres assumiram postos no mercado de trabalho formal em todo o Brasil. O volume, que equivale à soma das populações de Fortaleza (CE) e Belo Horizonte (MG), mostra que as empresas estão abrindo suas portas para a mão-de-obra feminina. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2002 havia 11.418.562 mulheres trabalhando formalmente no país; em 2008 o número chegou a 16.206.585, crescimento de 40,9% no período. Entre os homens, o crescimento foi de 34,5%: de 17.265.351 milhões em 2002 para 23.234.981 em 2008.



Indústria recupera crescimento

A produção industrial avançou 1,1% em janeiro em comparação a dezembro de 2009, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa foi a primeira variação positiva em dois meses.

A indústria registrou 16% de expansão na comparação com janeiro de 2009 (auge da crise financeira mundial), o que mostra continuidade do crescimento industrial no início deste ano.

Dos 27 ramos investigados, 14

cresceram, sobretudo nos segmentos de metal (12%), material eletrônico e comunicações (14,3%) e bebidas (8,1%).

Também tiveram alta na produção os setores de alimentos (1,4%), extrativo (2,7%), metalurgia básica (2,5%), máquinas, aparelho e materiais elétricos (4,5%) e outros produtos químicos (1,8%). Tiveram queda na produção os segmentos de edição e impressão (-5%), de veículos automotores (-1,2%) e farmacêutico (-2,2%).

Centrais e Dieese promovem IV Jornada Nacional de Debates

Começa neste mês de março a IV Jornada Nacional de Debates, organizada pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) e as seis Centrais Sindicais brasileiras. Os eventos ocorrerão entre os dias 23 de março e 8 de abril, percorrendo todas as capitais do País. O principal tema que será debatido é a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais.

Confira os locais e datas - São Paulo e Porto Alegre (23 de março); Florianópolis, Vitória, Aracaju, Belo Horizonte, Natal e Palmas (24 de março); Brasília (25 de março); Salvador, Rio Branco, Manaus, Rio de Janeiro e Porto Velho (30 de março); Campo Grande, Goiânia e Curitiba (31 de março); Fortaleza, Teresina, Recife e Belém (6 de abril); Boa Vista, São Luís e João Pessoa (7 de abril); e Maceió, Cuiabá e Macapá (8 de abril).



JORNAL DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

Diretoria:

Presidente – José Calixto Ramos;
Secretário-Geral - Aprígio Guimarães;
Secretário de Finanças – Mauro Feijó Guimarães;
Secretário de Educação – José Gabriel Teixeira dos Santos;
Secretário para Assuntos do Trabalho e Previdência Social - Jairo José da Silva;
Secretária de Trabalho da Mulher, do Idoso e do Adolescente - Sônia Maria Zerino da Silva

Suplentes: Aparecido José Silva, Patrocínio Bráz Conzentino, Ronei de Lima, Fábio Dourado Gonçalves, Natanael Vitrópia Ferreira e Izelda Terezinha Oro.

Secretários Regionais:

1ª Secretaria Região Norte: Francisco Chagas Costa
Suplente: Ricardo Alvarez Miranda
2ª Secretaria Região Norte: Marivaldo Nazareno Vieira da Silva
Suplente: José Jacy Ribeiro Aires

1ª Secretaria Região Nordeste: Francisco das Chagas Viana
Suplente: Raimundo Lopes Júnior

2ª Secretaria Região Nordeste: Pedro Ricardo Filho

Suplente: José de Anchieta Araújo

3ª Secretaria Região Nordeste: Israel Ferreira de Torres

Suplente: Alvíno Aquino dos Santos

1ª Secretaria Região Sudeste: Luiz Antônio Rodrigues

Suplente: Sebastião Garcia de Mattos

2ª Secretaria Região Sudeste: Ozano Pereira da Silva

Suplente: Leonardo Luiz

3ª Secretaria Região Sudeste: José Reginaldo Inácio

Suplente: Cláudio Jesus Ferreira

Secretaria Região Centro Oeste: Luiz Lopes de Lima

Suplente: José Roberto Silva

1ª Secretaria Região Sul: Geraldo Ramthun

Suplente: Nelson Luiz Bonardi

2ª Secretaria Região Sul: Altamiro Perdoná

Suplente: Egbert José Klein

3ª Secretaria Região Sul: Enio Klein

Suplente: João Nadir Pires

Representação Profissional e Internacional

Antonio Carlos dos Reis, Edgard de Paula Viana, Luiz Ary Gin, José Maria Soares, Romir da Motta, Antonio Acácio Moraes do Amaral, Paulo da Silva Oliveira, José Adriano Jansen, Norival Riesz Scaglione e Luis Fernando Daudt.

Conselho Fiscal

Efetivos: Nivaldo Parmejani, Wanilton Reis dos Santos e José Francisco Filho

Suplentes: Geraldo Dionísio da Silva e Ademir Lopes Campos.

Redação e Edição: Instituto Dois Candangos

Diagramação, Arte e Fotelito:

Impressão: TC Grafica e Editora

E-mail do Jornal: jornalcnti@solucaoassessoria.com

CNTI – Endereço: Avenida W3 Norte, Quadra 505, Lote 1

Brasília – DF - CEP: 70.730-540 - PABX: (61) 3274.4150

Fax: (61) 3274.7001 – INTERNET: www.cnti.org.br

José Calixto Ramos

Intensificar a luta pela redução da jornada

A campanha pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional que reduz a jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas, sem redução de salários, chegou ao seu apogeu.

As Centrais Sindicais e todos os segmentos do movimento sindical conseguiram promover uma ampla mobilização que despertou não apenas a consciência dos trabalhadores sobre a justiça desta luta, mas de amplos segmentos sociais.

Em 1988, quando a Constituição Cidadã foi promulgada, já tinham se passado mais de 50 anos em que a jornada semanal de trabalho era de 48 horas. Daquela data para cá, já se vão 22 anos, tempo suficiente para justificar uma nova redução do período laboral de trabalho.

Não cabem aqui comparações com outros países. Muitos ainda estão longe da jornada hoje praticada no Brasil, mas muitos também exibem jornadas bem inferiores. O importante é saber se a economia nacional já comporta



“O desenvolvimento econômico que o nosso país experimentou nos últimos anos e a expectativa de um crescimento sustentável no futuro permite afirmar que a nossa economia está em plenas condições de absorver essa conquista”

essa redução. Estudos do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), órgão do Ministério do Planejamento, indicam que a

produtividade da economia nacional permite esse avanço. Aliás, o IPEA vai muito mais longe e avalia que, se adotássemos um ousado programa de qualificação profissional, a jornada diária já poderia ser de quatro horas, o que permitiria emprego para todos os trabalhadores.

Dados apontam, também, que a redução proposta pelo movimento sindical não abalaria a economia nacional e seria capaz de gerar, de imediato, cerca de dois milhões de novos empregos, se fizéssemos uma operação meramente aritmética. Como sabemos que não é bem assim, o que temos certeza é que seria gerado um número considerável de oportunidades de trabalho, além de representar uma melhoria substancial na qualidade de vida do trabalhador: mais tempo para a família, para o estudo e para o lazer.

Em 88, setores do empresariado utilizaram o mesmo argumento de sempre: de que a redução geraria desemprego

e quebraria muitas empresas. Nada disso aconteceu, muito pelo contrário.

O desenvolvimento econômico que o nosso país experimentou nos últimos anos e a expectativa de um crescimento sustentável no futuro permite afirmar que a nossa economia está em plenas condições de absorver essa conquista.

Enquanto a matéria não é votada, continuaremos empenhados na mobilização de nossos trabalhadores e numa ação permanente de sensibilização de nossos parlamentares, pois a valorização do trabalho é condição básica para que esse crescimento não sacrifique os que constroem de fato a riqueza do Brasil.

Por isso, a luta pela redução da jornada e contra todas as formas de precarização do trabalho continuará sendo nossa principal e inadiável tarefa.

Presidente da CNTI e da NCST

STF adia ação que julga contribuição sindical

Mais uma vez o Supremo Tribunal Federal (STF) adiou a ação do DEM contra as centrais sindicais. No dia 10 de março, o ministro Carlos Ayres Britto pediu vistas da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) 4067, do partido Democratas, contrária ao repasse da contribuição sindical, por meio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), às Centrais.

A votação está empatada em três

votos a favor da Adin - Joaquim Barbosa (relator), Cezar Peluso e Ricardo Lewandowski; e três contrários - Marco Aurélio, Cármen Lúcia e Eros Grau.

Faltam votar ainda quatro ministros. Além de Ayres Britto, a Corte aguarda externar o posicionamento acerca da ação dos ministros Gilmar Mendes ex-presidente, Ellen Gracie e Celso de Mello.

Em junho de 2009, o julgamento já havia sido interrompido em razão de pe-

dido de vista do processo formulado pelo próprio Eros Grau.

As Centrais Sindicais consideram a ação do DEM uma tentativa de criminalização dos movimentos sociais e de desmobilização dos trabalhadores. Para o presidente da NCST, José Calixto Ramos os trabalhadores serão os maiores prejudicados caso haja um retrocesso no processo de regulamentação das Centrais.



Aniversário do senador Paim

O Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) e o Centro de Integração Paulo Paim (CIPP) convidam todas as confederações e sindicatos para que juntos, no dia 21 de

março, data do aniversário do senador Paulo Paim (PT-RS), seja realizado em Porto Alegre-RS um grande evento de pré-lançamento do nome do parlamentar ao Senado Federal.

FST FÓRUM SINDICAL DOS TRABALHADORES
CNTI - CNTC - CNTTT - CNPL - CONITMAF - CONTEC - CONTCOP - ONTEEC - CONTRATUH - CNTA
CNTS - CSPB - CNTM - CONTAG - COBRAPOL - USI - CCT - NCST - CTB - CSP - UGT - COBAP - CGTE
EM DEFESA DA UNIDADE SINDICAL, DO EMPREGO E DOS DIREITOS TRABALHISTAS

VEM AÍ
2º ENCONTRO NACIONAL
DO FST
Dia 18 de maio de 2010
Brasília - DF

São Paulo

Feticom-SP: Salário, Qualificação e Segurança no Ambiente de Trabalho

Durante reunião realizada no dia 6 de janeiro, foram definidos os rumos da Feticom/SP para 2010. Qualificação profissional, intensificação das ações de segurança e mobilização dos trabalhadores para conquistas salariais. Organizar para unir e fortalecer. A Feticom-SP representa cerca de 1.300 mil trabalhadores no Estado.

O presidente da Feticom, Emílio Alves Ferreira Júnior, destaca que o setor não sabe o que é desemprego e que foi um dos principais responsáveis para evitar que o País fosse atingido pela crise econômica mundial, pelo grande poder de multiplicação na produção de sua cadeia produtiva.

Os acidentes fatais, que já eram muito elevados, continuam aumentando assustadoramente. Como exemplo, em 2009, na cidade de São Paulo, ocorreram 22 acidentes fatais, e 30 no interior do Estado.

Os acidentes acontecem, via de regra, por falha administrativa das empresas, que não assumem a SST como filosofia e



gestão, assim como é produzir, vender, divulgar seus produtos: "Vêm aí às eleições gerais deste ano, a Copa do Mundo, as Olimpíadas, e isso implica em aceleração das obras e maior exigência do trabalhador, que precisa estar preparado", destaca Emílio Alves.

O presidente da Feticom explicou, também, que além da qualificação e valorização do trabalhador, há de se reforçar as ações nos canteiros de obras, com envol-

vimento dos sindicatos, do empresariado e do Ministério do Trabalho para melhorar as condições de trabalho. Em 2009, houve uma elevação assustadora dos acidentes e com gravidade em todo o Estado.

No final de janeiro, durante encontro informal com o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, Emílio Alves abordou a questão da ampliação dos cursos de qualificação para o setor, o que já vem sendo debatido com o Sinduscon. "O setor sente a falta de mão-de-obra do ajudante ao engenheiro e esperamos que a Fiesp, que sempre voltou seus cursos para o setor metalúrgico, também passe a oferecer para a construção civil." Segundo o presidente da Feticom, uma nova reunião será marcada com a Fiesp.

Milton Costa, diretor de Formação da Feticom-SP, diz que o setor tem que passar a ser tratado com prioridade no plano nacional de qualificação, uma vez que tem sido decisivo na geração de emprego e no desenvolvimento do País.

Rio Grande do Norte

Homenagem às mulheres

Francisca Eloi de Almeida, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário, Calçados e Confecção de Roupas no Estado da Paraíba, promoveu, juntamente com sua equipe, no dia 7 de março, a comemoração alusiva ao dia Internacional da Mulher (8 de março), com o apoio da FTI/PB, presidida por João Avelino e o representante da CNTI/Paraíba e Rio Grande do Norte, Pedro Ricardo.

O evento contou com o apoio especial da Diretora/SESI de João Pessoa, Rosilda Ferreira Araújo.

Na ocasião, foram realizados desfi-



les de jovens que trabalham em várias indústrias da capital e do interior paraibano: 1º lugar - Jessica Veiga (Demillus), 2º lugar - Luana Ferreira Mendes (Rava Embalagens), 3º lugar - Gerlane Lopes Cavalcante (Intergriffes).



Direito do Trabalho

Curso de Direito do Trabalho, realizado na cidade de Araruna/PB, ministrado por José Gabriel, da Secretaria de Educação da CNTI. O curso foi solicitado por Francisca Eloi, presidente do STI do Vestuário, Calçados e Confecção de Roupas da Paraíba, e teve o apoio da Secretaria Regional e da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da PB.

Minas Gerais



Feticom-MG homenageia José Calixto

No dia 25 de fevereiro, com a presença do companheiro José Reginaldo Inácio, os membros do Conselho de Representantes da Feticom-MG, e José Calixto

Ramos, presidente da CNTI, foi inaugurada a fotografia do presidente da entidade, Lázaro Pereira, de saudosa memória. Durante a inauguração, José Calixto foi ho-

menageado com uma placa pelos serviços prestados ao sindicalismo e em especial a Feticom-MG, entregue pelo presidente, Osmar Antonio de Barros.

Goiás

Posse e inauguração no Sintracom-GO

No dia 12 de março, o presidente da CNTI, José Calixto Ramos, participou da inauguração da nova sede do Sintracom-GO. Na ocasião, Calixto empossou a nova diretoria do sindicato, presidido pelo companheiro Patrocínio Bráz Concentino.



NOTA DE FALECIMENTO

É com pesar que comunicamos o falecimento, no dia 2 de março, do companheiro Júlio Francisco da Silva (foto), presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e Mobiliário Norte/Nordeste e diretor da NCST-PE. Júlio teve participação relevante e combativa na defesa dos interesses da classe trabalhadora, um líder sindical respeitado em Pernambuco.

100 anos do Dia Internacional da Mulher

Comemoramos, no dia 8 de março, 100 anos do "Dia Internacional da Mulher". Esse dia foi instituído em 1910, proposto pela socialista alemã Clara Zetkin, na 2ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em Copenhague na Dinamarca.

A data relembra a mobilização das tecelãs de Nova York que, em 1857, fizeram greve em defesa da redução da jornada de trabalho e de melhores condições e salário. Esta foi a primeira greve da história conduzida por mulheres.

A partir daí, as comemorações começaram a ter um caráter internacional. Um século se passou e hoje, em todo o mundo, o dia 8 de março é uma data de celebração e afirmação da luta das mulheres por igualdade, autonomia e liberdade.

As mulheres conquistaram o direito ao voto, estão no mercado de trabalho, lu-



taram pela democracia nos anos da ditadura militar, pelos direitos humanos, combateram a violência de gênero, o desemprego e a precarização. Foram as ruas e as urnas exigir a igualdade na lei e na vida.

Neste trajeto, inúmeras conquistas foram alcançadas, entre elas a ampliação da licença maternidade, a proibição da discriminação sexual no trabalho, o direito a posse da terra em nome da mulher rural e a lei Maria da Penha.

No entanto, apesar do crescimento, da inserção no mercado de trabalho e elevação do nível de escolaridade, persistem as desigualdade salariais, dupla jornada, necessidade de mais creches de qualidade, discriminação de raça, assédio moral, sexual e a violência, fatores marcantes na vida das mulheres, demonstrando a necessidade de continuarmos a luta.



1º Encontro Regional de Mulheres Trabalhadoras de Santiago-RS

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e Mobiliário de Santiago-RS, juntamente com a CNTI, através da Secretaria para Assuntos do Trabalho da Mulher, NCST e FETICOM-RS, realizaram, dia 7 de março, o 1º Encontro Regional de Mulheres Trabalhadoras. O evento objetivou abrir o debate das questões da mulher, além de homenagear as trabalhadoras de sua base territorial.

Foram discutidos os temas: O Papel da Mulher na Família, Direitos Trabalhistas da Mulher, Lei Maria da Penha e Saúde e Higiene da Mulher.

O evento contou com participação expressiva das companheiras Lorelise, presidente do STI da Construção e

Mobiliário de Santiago-RS e secretária Estadual da Mulher da NCST-RS; Sônia Zerino, diretora da Secretaria para Assuntos do Trabalho da Mulher CNTI e da Secretaria Nacional da Mulher e Juventude da NCST, Tásia Lemos, antropóloga e Mestre em Educação; Irani Martins, advogada e Elen de Freitas, médica.

Durante o almoço houve apresentação de cânticos, show com Júlio Saldanha, bem como sorteio de brindes.

Estiveram presentes no encontro Aroldo Pinto, presidente da Construção e do Mobiliário do Estado do RS; Norberto Bortoli, secretário Adjunto de Finanças da Feticom-RS e Walter Souza, presidente da NCST-RS e vice-presidente da Feticom-RS.

CONVITE

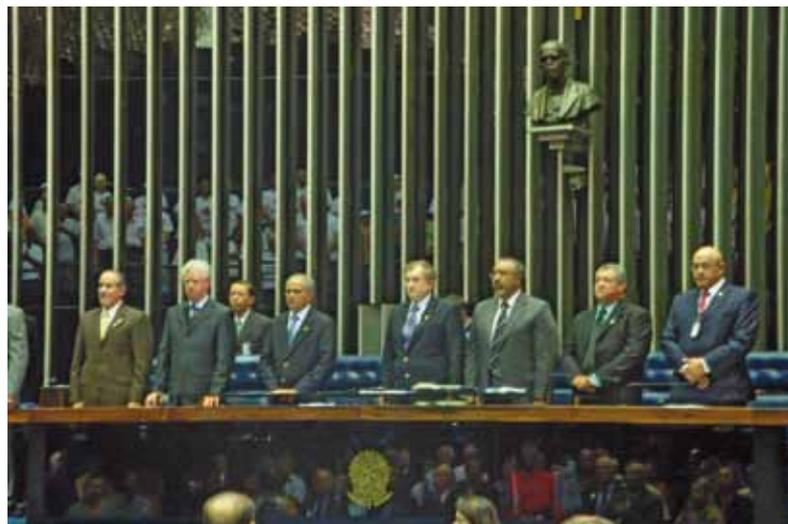
A CNTI, por meio da Secretaria para Assuntos de Trabalho da Mulher, do Idoso e do Adolescente, e a 2ª Secretaria da Região Norte, FTI do Estado do Pará e STI Extrativistas dos Estados do Amapá e Pará, convidam todos a participarem do Ciclo de Palestras que acontecerá nos dias 16, 17 e 18 de março, em Barcarena (PA).



Homenagem aos aposentados

O Senado Federal homenageou, no dia 8 de fevereiro, durante sessão especial, os aposentados. O evento foi decorrente à celebração ao Dia Nacional do Aposentado, comemorado dia 24 de janeiro. O autor do requerimento de homenagem, senador Paulo Paim (PT-RS) pediu à Câmara dos Deputados que aprove ainda este ano as duas propostas de sua iniciativa: o fim do fator previdenciário (PL 3299/08) e a recomposição dos proventos das aposentadorias (PL 4434/08). Ambas as matérias já foram aprovadas pelos senadores.

O senador também dirigiu uma mensagem ao presidente da Casa, Michel Temer (PMDB-SP), para que coloque os projetos logo na pauta



de votação. “O governo Lula fechará este ano com taça e medalha de ouro se atender também os aposentados e pensionistas”, defendeu Paim. “Ficarei muito triste se nesta consolidação das leis sociais

não contiver uma política que assegure o poder de compra dos aposentados” afirmou o parlamentar, ao encerrar a sessão de homenagem.

Presente à solenidade, o presidente da Cobap, War-

ley Martins Gonçalves, afirmou mais uma vez que o movimento não pretende abandonar a luta pelo fim do fator previdenciário: “Este é um câncer que está acabando com os aposentados”. Ele lembrou que o fator previdenciário não atinge o aposentado, mas sim o trabalhador da ativa que ainda vai se aposentar e que terá perda de até 40% nos seus vencimentos.

Também ocuparam a tribuna líderes da categoria, entre eles, Warley Gonçalves, presidente da Cobap, José Augusto da Silva Filho – Coordenador Nacional do FST, representando na oportunidade o conjunto do movimento sindical brasileiro e José Calixto Ramos, presidente da CNTI e da NCST.



Aposentados, pensionistas e movimento sindical lotaram as dependências do plenário do Senado

Projetos relacionados aos aposentados

PL 4434/2008 (no Senado PLS 58/03): Recompõe o valor das aposentadorias e pensões. Institui um índice de correção previdenciária a ser aplicado de forma progressiva. A idéia é que, em cinco anos, os benefícios voltem a ter valores equivalentes àqueles do período inicial das aposentadorias e pensões. A matéria está na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) aguardando relatoria. Após análise dessa comissão será enviada para a de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ).

PL 3299/08 (no Senado PLS 296/03): O projeto extingue o fator previdenciário, o qual consiste em uma fórmula matemática que leva em consideração a idade, a alíquota e o tempo de contribuição no momento da aposentadoria, e a expectativa de sobrevivência (conforme tabela do IBGE). O projeto está na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, sob relatoria do deputado Pepe Vargas (PT-RS). O PL já passou pela Comissão de Seguridade e Família, na qual o relator foi o deputado Germano Bonow (DEM-RS). Após, está previsto que será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. A proposta está sujeita à apreciação do plenário com prioridade de tramitação.

PL 1/07 (no Senado PLC 42/07): Trata-se de uma proposta do governo federal à qual o senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou uma emenda. O projeto define o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023. A emenda apresentada estende a política de reajuste às aposentadorias e pensões. A matéria, com aprovação da emenda pela Comissão Especial, está pronta para pauta do Plenário. O relator da emenda foi o deputado Edgar Moury (PMDB-PE) e do projeto o deputado Roberto Santiago (PV-SP).

Projeto torna obrigatório o desconto da contribuição assistencial

Tramita na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados o PL 6708/09 (antigo 248/06), do Senado, que torna compulsório e universal o desconto da contribuição assistencial em folha de pagamento. O deputado Sabino Castelo Branco (PTB-AM) (foto) será o relator do projeto.



Essa contribuição é um pagamento efetuado pelo trabalhador de uma categoria profissional ou econômica ao respectivo sindicato da categoria, em virtude de participação deste nas negociações coletivas, hoje em caráter espontâneo e não obrigatório.

De acordo com o autor da proposta, senador Paulo Paim (PT-RS), inúmeras entidades sindicais pediram ao Con-

gresso Nacional que votasse um projeto que tornasse obrigatório o desconto e punisse quem evitasse o cumprimento da norma.

O Normativo 119 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) considera inconstitucional a cobrança da contribuição de trabalhadores não sindicalizados. De acordo com o senador, porém, isso não é justo porque todos os trabalhadores se beneficiam dos serviços prestados pelo sindicato. Hoje, portanto, o desconto pode ser rejeitado pelo trabalhador não-sindicalizado. Muitas empresas, acrescenta o senador, também não fazem o recolhimento.

Pela proposta, o percentual de desconto deve ser decidido em assembléia da categoria e não poderá ultrapassar 1% da remuneração bruta anual do trabalhador. Caso a empresa fraude a arrecadação, poderá ser impedida de participar de licitações públicas e de receber empréstimos ou financiamentos de instituições públicas.

A proposta, sujeita a votação em plenário, tramita em regime de prioridade e será analisada pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Movimento sindical condena o TAC para a contribuição assistencial

Sindicalistas de todo país, reunidos no dia 10 de fevereiro, na sede do Ministério Público do Trabalho (MPT), em Brasília, decidiram não assinar o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), ao debateram a contribuição assistencial e negocial.

O TAC é um instrumento extrajudicial, onde as partes se comprometem, perante os promotores de Justiça e procuradores da República, a cumprir determinadas condições, sobre um assunto específico. O MPT expediu o TAC, tentando coibir a contribuição as-

sistencial dos trabalhadores não associados aos sindicatos. Até o fechamento desta edição, estava marcada nova reunião, quando serão analisados a contribuição assistencial/taxa negocial; os interditos proibitórios, entre outros assuntos.

Estabilidade do dirigente: Mabel é o relator

O PL 6706/09 (antigo PLS 177/07), já aprovado no Senado, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), cujo objetivo veda a dispensa de empregado sindicalizado que seja membro ou candidato de Conselho Fiscal, será relatado, na Comissão de Trabalho, pelo deputado e empresário, Sandro Mabel (PR-GO) (foto).



Sandro Mabel é um dos 219 representantes dos empresários na Câmara dos Deputados. Com Mabel na relatoria desta matéria, o movimento sindical precisará redobrar a ação na Comissão do Trabalho, já que o relator é mais que um adversário político, é um inimigo de classe.

O projeto foi aprovado no Senado depois de ampla e intensa articulação do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) e do autor naquela Casa. Paulo Paim argumenta que "todo empregado sindicalizado ou associado, independentemente do cargo que exerça, deve ter estabilidade no emprego.

Na Câmara dos Deputados, a matéria vai ser examinada pelas comissões de Trabalho; Finanças e Tributação; e de Constituição, Justiça e Cidadania, antes de ser analisada no plenário da Casa. A Comissão de Trabalho é o principal colegiado por onde tramitará o projeto, já que é principal comissão de mérito da proposição.



MTE e Centrais debatem terceirização

No início deste ano, o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, reuniu-se com representantes das centrais sindicais (NCST, CUT, CTB, UGT, CGTB e Força Sindical) para concluir o Projeto de Lei que regulamentará os contratos de prestação de serviços terceirizados.

A regulamentação da terceirização protege os empregados que trabalham nessa condição, garantindo seus direitos, uma vez que atualmente não há marco legal sobre o assunto. Os empregados contam apenas com

a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, como apoio para reclamar os direitos trabalhistas.

Depois de aprovada a lei, a empresa tomadora de serviços será solidariamente responsável, independentemente de culpa, pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias e quaisquer outras decorrentes do contrato, inclusive no caso de falência da empresa prestadora de serviços. O ministro enviará o PL a Casa Civil com pedido de urgência, devido à importância do tema para os trabalhadores brasileiros.

Movimento sindical pela luta das 40 h

Depois da pressão em prol da redução da jornada semanal para 40 horas, logo no início do ano legislativo, no dia 2 de fevereiro, o movimento sindical brasileiro solicitou, durante audiência com os parlamentares, a aprovação da PEC 231/95, dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Inácio Arruda (PCdoB-CE), ainda neste semestre.

Semanalmente as centrais têm realizado pressão sobre os parlamentares e se reunido com o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP), com o objetivo de que a PEC vá a plenário para votação em primeiro turno.

José Calixto Ramos, presidente da CNTI e da NCST, enfatiza que há uma perspectiva muito grande de conseguir a redução na jornada de trabalho para 40 horas, em face das inúmeras manifestações e reivindicações que acontecem na Câmara dos Deputados.

“Precisamos informar aos parlamentos sobre os ínfimos impactos que a adoção da medida vai gerar para os empresários, diante do grande número de postos que serão abertos no mercado de trabalho”, propôs Jólison Cardoso, secretário de Política Sindical e Relações Institucionais da CTB.



“A redução da jornada para 40 horas semanais, associada à coibição das horas extras, pode gerar mais de 2,5 milhões de postos de trabalho”

Em meados de fevereiro, o Dieese lançou uma nota divulgando, mais uma vez, os benefícios da adoção da redução da jornada para 40 horas semanais, associada à coibição das horas extras, que poderão gerar mais de 2,5 milhões de postos de trabalho.

Durante os meses de

março e abril, os sindicalistas farão vigília em Brasília intensificando a campanha da redução da jornada com a entrega do material explicativo criado pelo Dieese, que exemplifica os benefícios que a adoção da medida trará aos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras.

Empresários são contra a redução

Além de colocar em risco a sobrevivência das micro e pequenas empresas e incentivar a informalidade, a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas e o pagamento de 75% sobre a hora extra trabalhada, vai impedir o comércio de bens e serviço de abrir aos domingos em função dos custos trabalhistas.

O alerta foi feito em tom de preocupação ao presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP), pelo presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), José Paulo Cairoli.

Cairoli solicitou, mais uma vez a Temer, a urgência da decisão de tirar da pauta de discussões neste ano a PEC 231/95. “O assunto é polêmico, ameaça as empresas, vai trazer desemprego e não pode ser discutido no calor de um ano eleitoral”.

2ª Conclat

Centrais sindicais fecham acordo sobre agenda unitária de lutas

Três grandes pontos foram discutidos durante a reunião do Fórum das Centrais Sindicais - NCST, CTB, CUT, CGTB, Força Sindical, e UGT - ocorrida no dia 1º de março, na sede da CTB, em São Paulo: os encaminhamentos para a realização da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, a Adin 4067 e a votação da PEC da redução da jornada em Brasília.

Durante a reunião - que contou com a presença dos representantes das centrais sindicais que compõem o Fórum e do Dieese - ficou definida a criação de um grupo de trabalho (GT) composto por dirigentes e assessores das centrais que



vai elaborar o documento unitário com a pauta da classe trabalhadora. A intenção é apresentar o documento na íntegra para os trabalhadores e trabalhadoras no dia 1º de junho, na 2ª Conferência Nacional da Classe Tra-

balhadora (Conclat).

Coordenando a mesa, Wagner Gomes, presidente da CTB, destacou que é prioritária a manutenção da unidade entre as centrais. “Temos mais pontos em comum do que divergências.

A manutenção dessa união fortalecerá o conjunto dos trabalhadores”.

Em sua intervenção Ubiracy Dantas (Bira), vice-presidente da CGTB, além de lembrar a importância do posicionamento das centrais frente ao atual cenário de conjuntura nacional, visto o problema da desnacionalização, com a entrada do capital financeiro internacional, também reforçou o papel que a atividade desempenhará nacional e internacionalmente. José Calixto Ramos, presidente da CNTI, ratificou esse pensamento. “Farão parte do documento os pontos de interesse da Nação, da classe trabalhadora”, afirmou.